

RUA BENTO JOSÉ DE ABREU

Lei nº 1607 de 25-09-1956, Artigo 1º

Formada pela rua 1 do Jardim Proença

Início na avenida dos Esportes

Término na rua Proença

Jardim Proença

Obs.: Lei promulgada pelo Prefeito Municipal de Campinas Ruy Hellmeister Novaes. Projeto de lei nº 198/55. Processo C.M. nº 7704/55. Protocolado na Prefeitura sob nº 14.801/55 em nome de Alaor Malta Guimarães.

BENTO JOSÉ DE ABREU

Bento José de Abreu Alvares Guimarães era natural de São Tiago do Candoso, Braga, Portugal, onde nasceu, provavelmente, em 1788. Era filho de Antonio de Abreu e Joana de Abreu. Casou-se em 1820, em Piracicaba, com Maria Luiza da Natividade. Bento José de Abreu Alvares Guimarães foi o primeiro administrador (atualmente seria agente) dos Correios em Campinas. Foi uma pessoa muito benquista. Por três vezes foi Procurador da Câmara (12-fevereiro-1821 - 25a. Câmara); (10-janeiro-1824 - 28a. Câmara); e, (Maio-1825 - 29a. Câmara). Procurador naquela época iria equivaler ao atual tesoureiro. Além desses cargos, Bento José de Abreu era ainda comerciante de fazendas, armarinhos, etc. Quando do início do Correio em Campinas foi estabelecido o seguinte percurso: São Paulo a Sorocaba, girando tanto na ida como na volta pelas Vilas de Jundiaí, São Carlos (Campinas) e Itú. Ao receber o ofício, acompanhado da circular comunicando o resultado da reunião do Conselho da Presidência da Província, aprovando o início do Correio entre as Vilas já citadas, a Câmara Municipal de Campinas (então, São Carlos) acusou-o e comunicou a escolha do cidadão Bento José de Abreu Alvares Guimarães para ocupar o posto de administrador da agência postal da Vila de São Carlos e do sr. José Ramos para as funções de pedestre. O exercício do cargo era gratuito e a agência postal de São Carlos (Campinas) funcionou na rua do Comércio (hoje Dr. Quirino), mais ou menos à altura da atual rua 14 de Dezembro, em frente de onde se localizou o solar do Barão de Ibitinga, mais tarde o Colégio "Ateneu Paulista", então, residência de Bento José de Abreu. De acordo com a história, a primeira mala postal saiu de São Carlos (Campinas) no dia 29-janeiro-1825, porque sendo a primeira, e procedendo de Sorocaba, via Itú, aqui chegou em 28 e partiu a 29 com destino a Jundiaí e São Paulo, onde deveria chegar no dia 30. Bento José de Abreu foi ascendente de ilustres figuras da política nacional. Foi pai do padre Francisco Abreu, vigário da Matriz do Carmo e de Rafael de Abreu Sampaio, campineiro ilustre, avô do dr. Bento de Abreu Sampaio Vidal, Secretário de Estado e Ministro da Fazenda do Brasil.

**LEI Nº 1.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 1953**

Dá os nomes de «Bento de Abreu» e «29 de Janeiro» as ruas da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica denominada, «Bento José de Abreu», parte da rua 1 do Jardim Proença, situada entre as quadras A e B, a qual, tendo início na Rua Proença, termina na Avenida Monte Castelo.

Artigo 2º — Fica denominado «29 de Janeiro», o trecho da rua 1 do Jardim Proença, situado entre as quadras B e C, o qual tendo início na Rua Proença, termina na Avenida dos Esportes.

Artigo 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 25 de setembro de 1956.

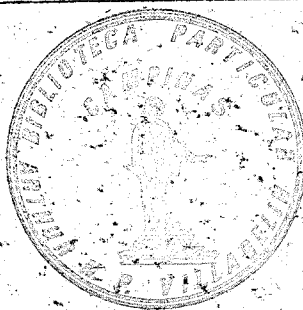
Ruy Hellmeister Novaes
Prefeito Municipal

Eng. Paulo Silva Pinheiro
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 25 de setembro de 1956.

O Diretor,
Alvaro Ferreira da Costa

19 55.



Fh. 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

Processo N.º 7704.

SECRETÁRIO GERAL

Dr. ROQUE MARCO GATTI

PROJETO DE LEI N.º 196/55.

Promovente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS.-

Assunto: DÁ OS NOMES DE "BENTO JOSÉ DE ABREU" E "29 DE JANEIRO"
À RUAS DA CIDADE.-

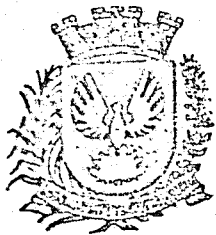
AUTUAÇÃO

Em 22 de outubro de 1955, nesta

Secretaria da Câmara Municipal de Campinas, autua o processa-
do incluso sob número 2628, da Prefeitura Municipal de Campinas.x.x.
como adiante se vê.

Proferido em 27/10/55

SECRETÁRIO GERAL



Prefeitura Municipal de Campinas



Campinas, 15 de outubro de 1955.

G. P. M.

16 = 1372 =

P.I. 14801-55)

Proc. 2628-55)

A S S U N T O:-

Encaminha processo
contendo projeto de
lei sobre denomina-
ções de vias públicas.

Exmo. Sr.

Dr. Laerte de Moraes

DESPACHO

M.D. Presidente da Câmara Municipal. Comissão

CAMPINAS.-

Justiça
Encaminhe-se
vigorando o prazo de
acordo com o art. 42 do Reg. Interno.
Sala das Sessões, 30 de 10 de 1955.
Antônio Mendonça de Barros
PRESIDENTE

oooooooooooo

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., para apreciação e deliberação da Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre a denominação de "Bento José de Abreu" e "29 de Janeiro" à ruas da cidade.

É justíssima a lembrança do Sr. Alaôr Malta Guimarães, que se reportou ao ano de 1825, lembrando um nome e uma data - Bento José de Abreu e 29 de Janeiro.

Foi Bento José de Abreu, o primeiro administrador - do Correio, tendo sido por três vezes Procurador da Câmara.

A data de 29 de Janeiro, lembra a saída da primeira mala postal de Campinas e isto no ano de 1825.

Justa homenagem a que a cidade agora vai resgatar.

Assim, encaminho a V. Exa., o incluso projeto de lei para a ilustrada consideração dessa Egrégia Câmara.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. - e aos Ilustres Vereadores que compõem a Colenda Câmara Municipal de Campinas, os protestos de minha elevada consideração.

O PREFEITO MUNICIPAL,

DL/ig.-

18
Antônio Mendonça de Barros
DR. ANTÔNIO MENDONÇA DE BARROS :-



BENTO JOSÉ DE ABREU ALVES GUIMARÃES

A figura principal dêste início da história dos correios tem em Bento José de Abreu Alves Guimarães, a personalidade marcante de toda ela. A primeira nota que encontramos de sua vida pregressa na Vila é referente ao ano de 1813, quando conhecemos sua qualificação como sendo "Bento José de Abreu Alves, solteiro, nacional, da Vila de Guimarães, caixeiro, com 26 anos de idade". O "Guimarães", naturalmente, lhe adveio posteriormente ao nome por se tratar de indivíduo de origem dessa cidade de Portugal. No ano seguinte novo encontro com o futuro primeiro agente dos correios em Campinas, com as mesmas origens de qualificação da anterior, "morador aqui", vive de ser caixeiro de sua loja de fazendas". Foi nesse ano que conseguiu a primeira notícia sobre o transporte de carta ou documento "pagava-se para um "próprio" levar para a Junta Real da Fazenda desta Capital — 1\$280"! Não era barato, convenhamos, era exageradíssimo o preço pelo porte de uma carta. Aliás, esta nota se repetiu em documento que extraímos da ata da Câmara que reza assim: "Pago ao alcaide Jacinto Fereira Ramos a quantia de mil e duzentos e oitenta réis para seu gasto de próprio para levar o ofício para a M. Junta da Real Fazenda, relativa aos novos impostos da "venda" do capitão Custódio Manoel Alves — dizimeiro da Vila (13 de fevereiro de 1815).

Depois, Bento José em 1821, mais ou menos, foi Procurador da Câmara e no ano seguinte encontramos em autos outra sua qualificação que nos da idéia de ter ele nascido em fins do século XVIII, pois que, neste ano, contava 33 anos de idade.

"Queremos acrescentar aqui que esse cavalleiro prestativo, que em tão pouco tempo de permanência na antiga Vila de São Carlos conseguiu captar a confiança dos campineiros foi ascendente de pessoas de grande representação na política nacional e em evidência nos meios governamentais do país até nos dias de hoje (1959). Quando um de seus descendentes — o dr. Bento de Abreu Sampaio Vidal revidou por carta publicada no "Diário do Povo" de Campinas o fato de ter sido censurado por ter dado opinião

com referência à construção de um grande "Hotel" que seria levantado ao lado da hoje demolida igreja do Rosário (1956), foi êle censurado — como dissemos e revidou ao seu opositor dizendo que: "devo justificar a originalidade de estar eu dando opinião sobre cousas da cidade de Campinas".

Além de ser campineiro, é costume de minha família cuidarmos de causas públicas sem nenhum interesse político ou outro qualquer. Meu avô, português de origem, Bento de Abreu Alves Guimarães, proprietário de uma pequena fazenda junto ao Jardim Público, hoje do Coronel Coutinho (agora, em 1956 um trecho da "Nova Campinas"), foi segundo li no livro do dr. Ricardo Daunt, que o qualifica de patriota — o primeiro agente do Correio de Campinas, cargo gratuito exercido para servir à Nação. Foi vereador à primeira Câmara Municipal e seu procurador mister que corresponde hoje ao de tesoureiro, cargo também gratuito, há mais de um século. Seu filho mais velho foi o padre Chico, que algumas gerações de campineiros conheceram vigário da Matriz Velha (do Carmo), cargo que exerceu durante toda a sua vida, tendo concorrido para a formação de sacerdotes, que foram Mais tarde grandes vultos da igreja católica.

Seu filho mais moço, Rafael de Abreu Sampaio foi um dos fundadores da Companhia Campineira de Gás, da qual foi presidente; Companhia Carris de Ferro, que inaugurou o serviço de bondes, da qual também foi presidente. Construiu o Teatro São Carlos de cuja sociedade exerceu idêntico cargo. Fundou o Clube Semanal em cujo salão figurava o seu retrato ao lado do de Bento Quirino. Vereador, chefe político, passava as manhãs no Largo do Rosário, conversando naquele ponto de reunião dos campineiros sobre os serviços municipais. "Meu pai foi aos 18 anos para o sertão onde fundou a cidade de São Carlos, organizou a primeira empresa elétrica que funcionou em ordem no Brasil e como deputado, trabalhou para ser levada a efeito a Estrada de Ferro do Rio Claro à Araraquara. Eu tenho dedicado quase todo o meu tempo aos serviços públicos, nos cargos de Secretário de Estado e Ministro da Fazenda. Meu filho, dr. Joaquim de Sampaio Vidal, continuando a tradição da família, gasta seu tempo e a sua fortuna em trabalhar para que o país tenha um governo democrático, fazendo parte do Diretório Central do partido. Devo dizer que não tem lucro, nem glória".

Como se vê, deitou raízes o velho tronco dos Guimarães.

Aquêle Rafael de Abreu Sampaio teve uma vida de grandes atividades em Campinas, tendo nascido nesta cidade em 14 de janeiro de 1870 falecido na cidade de São Paulo em 15 de julho de 1941. Era filho do te-

nente José Joaquim de Abreu e de sua segunda esposa (Alaôr Malta Guimarães), dona Maria das Dôres Vidal, esta filha de Dom Ramon Vidal e de d. Escolástica Joaquina de Oliveira, que foram moradores em Campinas, onde Dom Ramon faleceu em 1849. Era, portanto, o dr. Rafael Sammaio Vidal neto do primeiro agente do correio postal de Campinas.

Depois de cursar o Colégio Culto à Ciência, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1866. De 1873 a 1876, quando comerciante, foi vereador à Câmara. Colando grau, dedicou-se a advocacia na cidade de São Carlos, também, neste Estado, e onde adquiriu uma fazenda de café. Desde então dedicou boa parte de suas atividades aos interesses de sua terra, notadamente a sua constante preocupação em defender a produção agrícola nacional e especialmente o café, o que conseguiu como Secretário da Fazenda, no governo de Artur Bernardes.

Iniciou sua vida pública como vereador em São Carlos. Foi a seguir para o Congresso Estadual, em 1910, onde ventitou problemas importantíssimos, destacadamente o projeto, depois convertido em lei, relativo a sericultura.

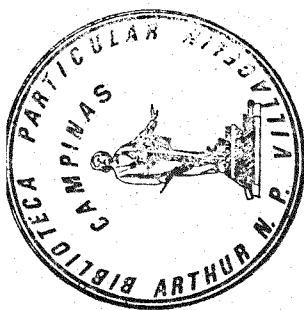
Em 1912, no Governo Rodrigues Alves, foi Secretário da Justiça, em substituição ao Sr. Washington Luís. Acumulou, por esse tempo, a Secretaria da Fazenda, fundando, então, a Bolsa de Café de Santos e a Caixa de Liquidação afóra outros empreendimentos de vulto, que nortearam sua vida pública.

Deputado federal em 1917, foi de grande operosidade, quando cuidou de altos problemas do país, notadamente o do algodão, e a organização bancária,

Em 1920 e 1921, contando com o apoio do Presidente Epitácio Pessoa, foi relator do projeto de defesa permanente do café, trabalho convertido em lei, que criou o Instituto Nacional do Café.

Senador Estadual, em 25 de abril de 1925, foi ocupar a vaga deixada com o falecimento do Coronel Antônio Carlos da Silva Teles.

Deputado pela Chapa única por São Paulo Unido, em 1933, foi membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, pertenceu ao Conselho Técnico de Economia e Finanças, prestando em todos estes postos, relevantes serviços ao Estado e ao País. Tantos e tais foram os serviços do ilustre campineiro que, em atenção a esse conjunto de realizações úteis e proveitosas, quando de sua morte, seus funerais foram realizados às expensas do Estado.



ESTUDOS HISTÓRICOS

"Para poder organizar de maneira bem orientada, a nossa coleção especializada de carimbos de Campinas do século XIX — escreve Roberto Thut — foi necessário entrarmos em estudo histórico de seu correio em suas menores particularidades. Em nossa literatura histórica, nada encontramos que pudessemos esclarecer quanto aos pontos desejados. O único historiador que fez referência ao serviço postal em Campinas foi o campineiro adotivo, dr. Ricardo Gumbleton Daunt, na sua monografia "Os primeiros tempos de Campinas", maravilhosa obra que tem constituído o ponto de partida de todos quantos procuram reconstituir a história da cidade. Nesse trabalho, publicado em 1879, o dr. Ricardo, como era geralmente conhecido pelos campineiros, dizia o seguinte a respeito do correio:

"O estabelecimento do correio em Campinas data do ano de 1822, mais ou menos. Por muito tempo foi o serviço da remessa da distribuição de cartas feito gratuitamente, sendo o primeiro encarregado o benemérito brasileiro adotivo Bento José de Abreu. Passado tempo, foi remunerado, porém, mal. Em todo o período de que se trata, era instituição muito acanhada o serviço postal. No começo o correio não seguia em direitura para São Paulo, mas reunia-se em Itu com o estafeta de Sorocaba e de lá partia."

O ilustrado dr. Afonso de E. Taunay — cujas qualidades como historiador nós nos eximimos aqui de exaltar porque seu nome é a própria exaltação da História de São Paulo — escreveu que "era geralmente o correio de S. Paulo dirigido pelas autoridades e por meio de "próprios". Quando muito podiam os particulares valer-se da graciosidade dos governantes para o transporte de sua correspondência.

Isto quanto à terrestre.

Da marítima geralmente se encarregavam os mestres dos escassos navios que a Santos aportavam. Mas não havia a menor responsabilidade dos portadores em relação aos documentos a que deviam dar destino.

Assim, imagine-se o alvoroço causado em S. Paulo, recém elevada a cidade, ao se saber que Sua Majestade resolvera dotá-la de enorme benefício do correio. Muito interessante e ilustrativo da mentalidade do tempo o termo especial, de 30 de novembro de 1712, consagrado à primeira tentativa postal, oficializada, no planalto paulista.

A cidade chegara Joseph de Vargas Pissaro a fim de assentar as bases do novo melhoramento, com as autoridades municipais.

Vinha como procurador dos Irmãos Sebastião e José Alves da Costa, providos por D. João VI da serventia do privilégio postal. Ordenado aos senadores de S. Paulo que se convocasse a assembléia de todos os republicos notáveis "toda a nobreza que se ache nesta cidade e moradores".

Redigiu até o escrivão municipal, a explicar os protestos logo levantados contra a inovação que se pretendia introduzir e "fazendo os ditos oficiais e procurador da coroa a proposta de que se devia dar cumprimento a dita ordem para o que se devia declarar dar ao dito correio por cada carta, responderão todos os abaixo-assinados, uniformemente, que não querião assentar correio, nem convinhão a que o houvesse nesta cidade pellas opressões que se lhes presagiava. Receioso da attitude dos protestantes e pouco seguro da proteção que lhe podiam dar, o velho Procurador da Corôa e os senadores, aliás, quição, "in peto" solidários com a manifestação da "nobreza e mercadores", declarou José de Vargas Pissaro que desistia do reconhecimento de seus poderes mas que de tudo daria conta ao Correio Mór da Cidade do Rio de Janeiro".

Deu-se então muito curioso incidente. Dirigiu-se o escrivão municipal, Antônio Corrêa de Sá, aos protestantes presentes convidando-os, como era direito, a deixar as assinaturas na ata da reunião a que acabavam de perturbar com as suas reclamações. E todos aquêles ardorosos oponentes se recusaram a tal. Assim viriam Sá a esuada escrevendo em aberto à ata: "Declaro mais que depois de ter feito o dito termo não o quizer assinar as pessoas do povo".

É que os ditos vassallos haviam receado deixar as firmas num ato que afinal representava formal desobediência a uma ordem régia. Haveria, daí, pequeno passo talvez, para um caso de lesa-majestade, pensariam assustados como o eram e intimidados, sobretudo, com a attitude firme de realismo do Procurador da Coroa, reclamante da obediência dos vassallos.

Relata-nos Azevedo Marques (Apontamentos, I, II.^o), que os serviços dos correios da Capitania de S. Paulo foram proibidos por ordem régia de 26 de abril de 1730! (Talvez, pensamos, consequência do ato de desobediência conhecido).

É a única indicação que sobre tal assunto nos ministra o douto e infatigável pesquisador.

"Somente a 28 de julho de 1789 foram criadas por bando mandado publicar pelo Capitão-general Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, as primeiras duas linhas do correio público, sendo uma nesta capital e Santos e outra entre a Capital e o Rio de Janeiro".

Afirma o autor dos "Apontamentos" que a 14 de outubro de 1800 estabeleceu o mesmo delegado régio linhas de correio público em S. Paulo e Itu, Paranaguá e S. Sebastião. Mas há aí positivo engano do ilustre autor que tanto fez pelo melhor conhecimento dos fastos paulistas.

Nos bandos e ordens e portarias do capitão-general D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, morgado de Mateus, encontramos datado de 11 de outubro de 1772, uma ordem para estabelecimento do correio terrestre entre S. Paulo e Rio de Janeiro. No dia 1.^o de setembro de 1773 inaugurou-se o serviço postal terrestre entre as duas cidades e o capitão-general o annunciou jubilosamente aos seus povos. Assim estavam os paulistas agora informados de que podiam escrever seis vézes por ano para o Rio de Janeiro podendo contar as respostas as suas missivas. Já era alguma "comodidade".

Sabemos nós que, antigamente, os portadores de correspondência ou "próprios", na impossibilidade de se afastarem muito dos ínvios caminhos e das matas virgens que as circundavam nas trajetórias entre cidades e Villas, deixavam as cartas e outras correspondências que houvessem, em "caixas" adrede preparadas e assim dispostas por onde deveria passar o "correio". E éle era religiosamente respeitado e nenhum viandante tocava nas cartas ou mercadorias assim expostas publicamente por lugares completamente érmos e quase intransitados. Hoje...

Bem. Mas Roberto Thut que nos está auxiliando neste trabalho cuja publicação sobre o serviço postal em Campinas será acompanhado e ampliado sempre com as notas que coligi em Cartórios e outros pontos de pesquisas, afirma que "a nossa história postal ainda se encontra nos arquivos (1939). Em nossa bibliografia-histórica, pouco existe sobre o correio, que se encontra para ser rebuscada, notadamente desde a época em que o correio começou a ter notável desenvolvimento, isso foi logo



após a Independência. Desde aí o correio passou a ter caráter de serviço público organizado. É necessário, entretanto que se restaure sua história, pouco ou nada conhecida; a sua evolução acompanhou sempre par a par, o nosso próprio progresso. Quem analisar a evolução de nossos correios, em confronto com a de cidades ou regiões de nosso país, verificará que o desenvolvimento do seu serviço postal não só reflete seu grau cultural, como também constitui um padrão eloquente de seu progresso ou a decadência. Graças a estudos filatélicos, muita coisa sobre a nossa história postal tem sido conhecida. O mesmo se deu conosco, quando procuramos estudar as peças da nossa coleção de carimbos de Campinas, cuja história postal pudemos por esse meio estabelecer, desde seus primórdios. Cremos serem poucas as cidades ou localidades brasileiras em que se poderá restabelecer toda a história de seus correios, com riqueza particular, como o conseguimos com a de Campinas. Dessa história, o dia de hoje assinala (29 de janeiro de 1939), uma data bastante significativa: Há 114 anos precisamente a 29 de janeiro de 1825, partiu o primeiro correio de Campinas, então Vila de São Carlos, para a Capital.

Evidentemente não falta razão ao Roberto Thut. Apenas desconhece este documento que encontrei no arquivo da Câmara e que focaliza bem o assunto de que tratamos neste capítulo. O estabelecimento desse elemento de ligação entre pessoas e cidades teve sua primeira manifestação em Campinas conforme se verifica por este documento:

"São Paulo, 10 de Junho de 1824 — Havendo ponderado a Câmara da Vila de Itu, o quanto concorrerá para o aumento do comércio e instrução pública, a criação de hum correio desta cidade para a mesma e parecendo conveniente que elle seja comum ás de São Carlos, Pôrto Feliz, Sorocaba (sendo o encontro em Itu), usando unicamente a Fazenda Nacional ao pedestre destinado para a condução da mala desta cidade para a sobre-dita Vila, atento ao estado do Tesouro Público e o pouco lucro que por ora dará o mesmo correio, devendo por isso os administradores, que se escolherem nas Vilas servir gratuitamente e tratar-se do mais pronto e seguro meio para a expedição das cartas das mesmas para Itu, o presidente da Província, que sempre receberá com agrado tôdas as representações e memórias tendentes ao aumento da agricultura, prosperidade do comércio e instrução pública, exige que a Câmara da Vila de São Carlos proponha quando lhe parecer conveniente sobre a



boa organização e andamento do mencionado correio para com a sua resposta dar as outras Câmaras conhecimento e expedirem as "precizas instruções" para seu estabelecimento.

(a) *Lucas Antônio Monteiro de Barros.*"

E de fato foi elle estabelecido no mesmo ano, tanto assim que, quando se criou essa primeira linha postal, dizia seu art. 5.º, das "Instruções" que para o expediente dos correios de cada uma das Vilas haveria além das malas, balanças, pêsos, os "carimbos necessários" e o art. 6.º determinava:

"Nos devidos tempos da partida do Correio terá pronta as cartas com os competentes portes e marcados com o carimbo do nome da Vila."

Dai uma das primeiras providências do Governo determinando a confecção desse material, como se depreende do aviso expedido quase logo em seguida:

"O Presidente desta Província ordena ao snr. Almoxtarifé da Fazenda Nacional desta Cidade, que mande prontificar com a brevidade possível todos os pezos, balanças e carimbos que o Administrador do Correio Geral desta Capital exigir para o andamento do Correio que se tem de estabelecer entre a mesma Capital, com as Vilas de Jundiá, SÃO CARLOS, Itu, e Sorocaba. São Paulo, 16 de Dezembro de 1824."

(a) *Lucas Antônio Monteiro de Barros.*"

Até aquella época assinalada por Roberto Thut "não existia correio no interior da Província de São Paulo, de caráter official, pois o público se correspondia com as localidades próximas e, principalmente, com a Capital, cotizando-se para custear um portador das cartas ou, então, aproveitando-se de viandantes ocasionais. Para o serviço de correspondência official, o governo utilizava milicianos. Como correio mantido oficialmente, havia o que se dirigia à Côrte, estabelecido pelo bando de 11 de setembro de 1773, do Capitão-general de São Paulo, D. Antônio Luiz de Sousa, Morgado de Mateus, bem como o de São Paulo à Vila de Santos e desta à Côrte (e vice-versa), autorizados pelo bando de 28 de junho de 1798.

A instalação do serviço postal em Campinas data, portanto, da época em que elle se constituiu de linhas de correio, servindo um certo número

de localidades. A linha de Campinas, por exemplo, partia da Capital, passando pelas Vilas de Jundiá, S. Carlos, Itu e Sorocaba, tanto na ida como na volta. O transporte das malas postais era feito por "dois pedéstre" sendo um localizado em Sorocaba e outro em Campinas, com os vencimentos de 250 réis diários. O desenvolvimento do serviço público de "pedéstre" foi aumentado, tanto que em novembro de 1833 já existiam dois, somente para o serviço da Capital à Vila de São Carlos. Nesse mesmo ano, Itu e Sorocaba já dispunham de linhas diretas para a Capital da Província, passando somente por Jundiá, com um pedéstre cada uma.

Em todas as Vilas servidas pela linha de correio havia um "administrador" (atual "agente"), escolhido e nomeado pela respectiva Câmara, e ao qual competia toda responsabilidade e direção do correio de sua localidade, sob as ordens do Governo da Província e da Junta da Fazenda. Tais funções eram exercidas gratuitamente "pela honra e consideração, que lhe deve resultar de se prestar ao bem público e confiança que se faz de sua pessoa, sendo escolhido para esse objeto de tanta importância, outro que convém, que seja dotado de probidade e louváveis costumes." Para "administrador" do correio da Vila de São Carlos foi nomeado, pela respectiva Câmara, em 30 de dezembro de 1824, o cidadão Bento José de Abreu Alves Guimarães, que foi, desta forma, o primeiro agente do correio de Campinas. Tratava-se de pessoa benquista, pois foi procurador da Câmara por três vezes, sendo, ainda, comerciante de fazendas, armazinhos, etc. Para "pedéstre" a Câmara escolheu e nomeou a José de Ramos.

A criação dessa primeira linha do interior paulista deve-se a uma decisão do Concêlho da Província de São Paulo, reunido em sessão de 24 de outubro de 1824, em atenção ao que solicitaram (??) as Câmaras das Vilas beneficiadas. Tal decisão se baseou, ainda, num parecer do então Tenente-coronel Rafael Tobias de Aguiar.

Em 16 de dezembro desse ano, o então presidente da Província, Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois Barão de Congonhas), enviou às Câmaras das Vilas de Jundiá, São Carlos, Itu e Sorocaba aquele officio-circular acompanhado de uma "instrução para o Correio Público estabelecido entre esta Capital e as Vilas referidas, ao mesmo tempo em que comunicava a decisão do seu Concêlho sobre a criação da linha de correio. A Câmara da Vila de Porto Feliz também foi enviado igual officio, pois que, de acôrdo com o artigo 7.º da referida "Instrução", era uma espécie de Regulamento, aquela localidade poderia "estabelecer huma Administra-

ção no seo Districto mandando um Pedestre conduzir a Itu nos seus devidos tempos as cartas que forem do seu Districto, e levar as que a elle se dirigem."

Conforme o art. 8.º da mencionada "Instrução", o correio sairia da Capital nos dias 2, 12 e 22, chegando a Jundiá nesses mesmos dias; a São Carlos a 3, 13 e 23; a Itu a 4, 14 e 24; a Sorocaba a 5, 15 e 25, onde estacionava um dia, regressando a Itu a 7, 17 e 27; São Carlos a 8, 18 e 28; Jundiá a 9, 19 e 29 e finalmente, a São Paulo a 10, 20 e 30. Respondendo ao officio enviado pelo presidente da Província, em 25 de novembro de 1825 e juntado à "Instrução" a Câmara de Sorocaba officiava em 16 de janeiro de 1826 que havia comunicado, naquela mesma data "às Câmaras de Itu e São Carlos, participando-lhes "que no dia 27 do corrente mez ha de sabir desta Villa o dito Correio para no dia trinta se achar nessa cidade". Em face dessa comunicação e dos dispositivos do art. 8.º da "Instrução" infere-se que a primeira mala postal deve ter chegado à Vila de São Carlos, vinda de Sorocaba, via Itu, em 28 e partido para São Paulo no dia 29 de janeiro de 1825. De acôrdo com o horário da partida e chegada dos "pedéstre" em cada uma das Vilas, Campinas dispunha de correio de 10 em 10 dias. O "pedéstre" transportava a mala, fechada com cadeado do qual havia tantas chaves quantas as localidades servidas pelo correio. O "administrador" de cada localidade ficava de posse de uma chave, para abertura e fechamento da mala".

As cartas eram procuradas na "própria Administração" que afixava uma lista dos respectivos destinatários. O art. 10.º da "Instrução" que passamos a transcrever, diz na sua singeleza a maneira como se processavam a recepção, remessa e distribuição das cartas:



"logo que chegar a malla a qual das Villas, o Administrador extraindo della as Cartas que se dirigem ao seu Districto, e fará seguir imidiatamente ao seo destino passando depois a conferir os portes com o avizo ou factura de seo valor que os deve acompanhar, e arranja-las por ordem alfabetica, afim de organizar a lista que deve transmittir ao Publico, para depois destribuil-as, devendo promptificar primeiro as cartas, que se dirigem as Authoridades, e que serão entregues de preferencia."

Chegando o correio à Vila de São Carlos, todos os dias 3, 13 e 23, daqui partindo para São Paulo a 9, 19 e 29 de cada mês, verificamos que a Vila se correspondia com a Capital de 10 em 10 dias.

Inconcreti num almanaque para os anos de 1877 a 1879 o seguinte:

"Porte das cartas na Província de S. Paulo em 1827 — Os portes das cartas remetidas à Corte do Rio de Janeiro, Villas do Norte, Santos e as de Jundiaby, S. Carlos, Itú, Sorocaba e vice-versa, são reguladas identicamente, a saber: até 4 oitavas por 20 léguas, 20 réis; por 40 léguas, 40 réis; por 80 léguas, 80 réis; por 100 ditas, 100 réis. Pezando porém as mesmas cartas, além das 4 oitavas arrecada-se a quantia em que importa o seu justo pezo. Observe-se, que para proceder-se no porte com regra, reputam-se, v. g., desta cidade para o Rio de Janeiro, 5 distancias, sendo cada distancia de 20 léguas e que a proporcão do que peçam as cartas assim se carrega o porte por classes, de 2 em 2 oitavas, de maneira que pezando $4\frac{1}{2}$ oitavas calcula-se em 6 ditas, e paga 150 réis e assim por diante. Aquellas cartas que são seguras pelos particulares, pagam realmente além do porte, 480 réis para a Fazenda."

Quanto aos mandados judiciais, officios de autoridades, etc. que vi-nham para a então Vila de São Carlos pelo correio, uma vez aqui registrados em livros especiaes eram enviados para Moji-Mirim, à Vila de Franca, como certidões extrahidas dos mesmos livros; assim, em Moji-Mirim sua Câmara procedia por essa forma e remetia "as copias" para a Vila de Franca" e dessas cidades seguiam o mesmo ritmo de trabalho de maneira a se perpetuarem as circulares officiais em livros próprios das autoridades camarárias.

Em documento datado de 11 de fevereiro de 1829 encontramos como sendo "administrador interino" do Correio da Vila de São Carlos, Mateus Lourenço da Silva Pais, que conforme verificamos na folha de recenseamento daquele ano, era "caixeiro" de Bento José de Abreu Alvares ou Alves Guimarães, solteiro, com 20 anos de idade.

RECLAMAÇÃO CONTRA O CORREIO

Foi justamente nesse ano que tivemos a primeira reclamação contra o Correio da Vila de São Carlos.

Em sessão da Câmara local, realizada em 3 de novembro de 1829, indicou o vereador "Garcia" (Manuel Saturnino Garcia), que era

"necessário representar ao Exmo. Presidente para providenciar sobre o abuso do Administrador do Correio que, ainda hontem, 4 do corrente, tendo chegado a mala e indo alguns procurar cartas tratou-os desabridamente e protestou, não quis entregar senão hoje, o que fez, já que havendo-se publicado nesta Vila há meses novo plano do correio, que até agora da separação das cartas pelo plano antigo. Aprovada a indicação".

Os empregados do Correio por esse tempo, gozavam da isenção do serviço civil segundo pedido feito, o que confirmou por portaria D. Pedro I de que:

"São dispensados de qualquer serviço militar ou civil as pessoas que se empregarem nas administrações e agências dos correios, ou na condução de malas (4 de outubro de 1829).

Ou Bento José de Abreu Alves Guimarães tentou proteger o caixeiro de seu armazem empregando-o a fim de salvá-lo do serviço militar, ou a exasperação do publico talvez tivesse mesmo motivos superiores para que fôsse feita a queixa proferida. O certo é que a Câmara Municipal eviou o seguinte officio a São Paulo:

"Sendo dos principaes deveres desta Câmara o vigiar seus empregados publicos cumprirem com as obrigações a que estão ligados, não poderia esta Câmara deixar de levar ao conhecimento de V. Excia. que o actual administrador do Correio desta Vila, Bento José Alves por vezes tem tratado com maneiras pouco asperas e grosseiras aos que procuram suas cartas, além



de algumas vezes demorar a entrega delas como aconteceu no dia 4 do corrente mês, quando, chegando a mala ao escurecer o povo depois de muita espera que teve, saiu o dito Administrador com palavras menos polidas e afirmou que naquele dia não mais entregaria uma carta, creia-se que, de *motu proprio*, assim o fez. Vila de São Carlos, em 11 de novembro de 1829."

Tomando em consideração semelhante parte, respondeu o Governo:

"Sendo-me presente o ofício que Vocemecês me dirigiram em data de seis próximo passado, acusando ao administrador do Correio dessa Vila de omisso no cumprimento de seus deveres e destrar as partes com aspereza, tendo mandado que elle responda pela sua conduta, o que feito darei as providências que forem de justiça.

Palácio do Governo de S. Paulo, em 17 de dezembro de 1829.

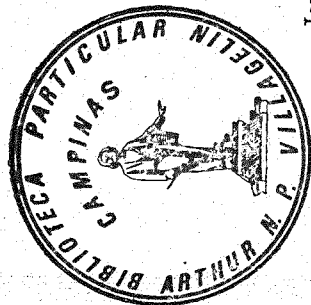
(a) *José Carlos Pereira de Almeida Torres.*"

E, de fato, defendendo-se da acusação Bento José enviou offício ao Governo dando conta do quanto ocorrera em sua repartição, de maneira que era respondido à Câmara da Vila, em 1.º de fevereiro de 1830, o que se segue:

"Responde o administrador do Correio da Vila contra as queixas que dêle fizeram que deram causa à sua exasperação o fato de algumas pessoas que violentamente quizeram entrar na casa de administração quando o mesmo se achava occupado a conferir as listas, o que certamente é demais estranho, visto que perturbam a boa ordem. Foi recomendado que se conduza sempre com moderação, o que deve caracterizar os funcionários públicos, na exatidão de seus deveres."

Isso demonstra à evidência que já nesse tempo, os administradores do Correio eram pagos, e, portanto, estavam sujeitos às leis do Governo e seus regulamentos, além de nos dar idéia de que, já então, os serviços eram remunerados.

Quanto à reclamação do vereador Garcia, Bento de Abreu depois de rápido inquérito, talvez tivesse sido mesmo afastado do cargo, porque confirmando a nota conhecida, verificamos que "o administrador "interino" do Correio da Vila em 1829 era Mathheus Lourenço da Silva Paes"



embora o agente official tivesse sua atenção chamada pelo seu superior, quando aquêle tinha como seu auxiliar Francisco de Abreu, já no ano de 1830".

O Administrador efetivo Bento José de Abreu Alves Guimarães, no entanto, somente se exonerou a seu próprio pedido, em 7 de novembro de 1844, quando, pelo Presidente da Província Marechal Manuel da Fonseca Lima e Silva (depois Barão de Suruí e tio do Duque de Caxias) foi nomeado para substituí-lo o cirurgião-mor Joaquim Antônio Pinto, que foi o segundo administrador do Correio de Campinas.

Ainda no ano de 1829, segundo nota que extraímos de autos, o porte de duas cartas da Vila para o Rio de Janeiro era de 420 réis!

O regulamento dos Correios do primeiro Império foi recebido pela nossa Câmara Municipal, acompanhando o decreto que organizou os mesmos, para pô-los em prática, somente em 10 de julho de 1829, naturalmente tendo sofrido alterações que escaparam ao estudo de Thut.

Mas, como curiosidade registre-se também que o porta-mala do Correio da Vila de Piracicaba de nome Francisco Novaes Magalhães, ituano, casado e morador naquela localidade "mas sempre em caminho, em virtude de seu cargo" — estava em 1831 com 80 anos de idade! Devia ser um velho sacudido para morar mais "na estrada do que na Vila" e que velho que deveria ser!

Outro fato interessante que se registrou nesse ano a que, naturalmente, muita gente talvez nem ligasse importância nos dias de hoje — era o estado das estradas que conduziam pelas Vilas do interior. Foi contra o estado delas que em 31 de janeiro de 1831 representou "o administrador do Correio da Vila da Constituição (Piracicaba), pelo mau estado da estrada para essa Vila e por não passar como antigamente pelas terras do falecido Antônio da Silva terá o respectivo porta-mala de sofrer embaraço no seu trânsito, afrontando-se, assim, a regularidade do mesmo Correio, e, portanto, para que se conserte a dita estrada".

Nesse ano, na Vila de São Carlos recebia-se o novo "Regulamento Geral dos Correios" — em 22 de julho.

Em sessão da Câmara local, em 8 de janeiro de 1834, por proposta do vereador Sr. Sales (Reginaldo Antônio de Moraes Sales) indicou elle para que se representasse ao Concêlho sôbre a concessão de mandar-lhes o Correio official para a Câmara, visto que igual graça já se concedeu à Câmara da Capital.

Bento José, que já vinha exercendo graciosamente seu espinhoso cargo desde os primeiros dias da criação do Correio, em 1836 já possuía um

ajudante chamado — Francisco José Martins d'Abreu ou Francisco José Martins Alves — que assinava documentos em lugar do "administrador efetivo", era seu ajudante acreditamos que nomeado para o emprego, tendo falecido no ano seguinte o condutor de nome "Januário", deixando uma filha ainda moça, Florisbela.

Como o Correio continuasse chegando às várias Vilas cujos nomes conhecemos, somente de 10 em 10 dias, mas "tendo em vista o seu progressivo aumento e às necessidades de seu comércio, em outubro de 1841, 52 negociantes de São Carlos (Campinas), a cuja frente se encontrava a assinatura de Antônio Francisco Guimarães, o conhecido "Bahia", apresentavam um abaixo assinado ao Presidente da Província, Conselheiro Miguel de Souza Melo e Alvim, pedindo a criação de "mais um Correio desta Vila para essa cidade, a fim de ficar de cinco em cinco dias."

Referente ao assunto encontrei um ofício com os seguintes dizeres:

"A Câmara Municipal em virtude e consideração de quanto tem crescido nesta Vila as transações commerciaes, já pelo aumento do território, já pelo ingresso de produtos do interior e mesmo de Minas Gerais e conhecendo que o commercio sofre com a tardia correspondência pelo Correio de dez em dez dias, e que aliás, uma correspondência mais frequente, de cinco em cinco dias entre esta Villa e os grandes mercados para onde exporta seus gêneros, muito satisfará aos habitantes d'este Município, lembrou-se de recorrer à illustrada administração de V. Excia. e rogar a V. Excia. se digne estabelecer o Correio entre esta Villa e essa cidade, de cinco em cinco dias, como é entre essa cidade e a do Rio de Janeiro e Santos, ao menos como ensaio durante alguns meses, podendo, enfim cessar si a experiência contrariar a utilidade.

Deus guarde a V, Excia.

Vila de São Carlos, 13 de fevereiro de 1841.

(aa) Gomide. Campos."

Gomide era cirurgião-mor eleito na Câmara de 7 de janeiro de 1841 e José de Souza Campos, vereador.

Resultou infructífero o pedido porque accusando o recebimento do ofício solicitando essa melhora, respondeu-se que estava esgotada a cota des-

tinada para tais despesas, não sendo possível anuir ao pedido (12 de março de 1841).

A solicitação tanto do povo como dos edis campineiros foi posteriormente atendida. Entretanto, José Carlos Pereira de Almeida Torres, segundo visconde de Macaé, quando exercia o cargo de presidente da Província de São Paulo, pelo aviso de 24 de dezembro de 1842 — como "presente de Natal" aos campineiros — ordenou que "desde já cesse tal correio (de cinco em cinco dias), "restabelecendo-se a prática seguida anteriormente de haver somente para alli (Campinas) correio de dez em dez dias..."

Isto devia ser oriundo de qualquer manifestação política, pois dois anos tentaram remover o primeiro agente do Correio local, que ainda permanecia firme em seu posto. É que a política vinha agitando os campineiros do tempo até eclodir no movimento de 7 de junho de 1842, que aconteceu em toda Província paulista.

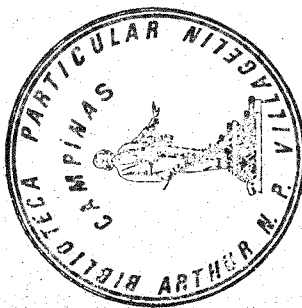
A Câmara começou a se manifestar dois anos antes para a remoção de Bento de Abreu e isso provocou, naturalmente, reação por parte do Governo, que enviou ofício à edilidade da Vila aqui recebido em 24 de maio, dizendo

"que o regente nomeado pelo Imperador Sr. D. Pedro II e por bem que V. Excia. ordene às Câmaras Municipais da sua Província que não procedam a criação de agência alguma de Correio sem o consentimento por escrito do Governador Geral, nem removam os agentes nomeados sem antecipada autorização do administrador geral do Correio da Côrte.

Palácio do Rio de Janeiro, 9 de março de 1840.

(a) Manoel Antonio Galvão."

Mas, no ano seguinte, 1841 — a agência local já possuía outro ajudante de nome João Batista Ramos — podemos reafirmar que o cargo já não devia ser gratuito porquanto esse indivíduo vivia do "salário do Correio" e, a comissão de indicações de edilidade insistia em sessão extraordinária realizada dia 1.º de fevereiro, para que se "pedisse ao Exmo. Presidente da Província a continuação do Correio desta Vila para a Capital, de cinco em cinco dias, para corresponder com o que vem do Rio de Janeiro e de Santos, bem como desta Vila para Moji-Mirim, visto que isto deve interressar muito ao comércio, ao menos por três ou seis meses", o que foi acusado pela Secretaria governamental em 1.º de abril ficando "a Câmara interrada" da resposta.



Somente em 14 de abril de 1846 é que se fixou o restabelecimento certo do correio entre Campinas e São Paulo, de cinco em cinco dias, o que foi autorizado pelo Diretor Geral dos Correios, dispendendo-se o que fôr necessário para o aumento do serviço".

Já em 1843 — o Correio admitia "ofício seguro" — devia ser o início das "cartas registradas" atuais, para São Paulo, com recibo da Autoridade que a recebesse. O administrador efetivo — Bento José de Abreu Álvares ou Alves Guimarães, depois de prestar seus bons serviços durante mais de vinte anos à administração do Correio daqui, exonerou-se em 7 de novembro de 1844, quando foi nomeado para substituí-lo o cirurgião-mor Joaquim Antônio Pinto que, por isso, foi o segundo administrador do Correio local (já escrevemos), sendo êle ajudado por seu filho de nome João Pereira Pinto, que o secundava em seus mistérios.

Por Portaria de 2 de junho de 1847, do mesmo presidente da Província, foi pouco depois nomeado novo "administrador" — Custódio José Inácio Rodrigues, vulgo "Custódio Manco" — que por essa época regia uma escola pública instalada no antigo edifício já abandonado do Paço da Câmara e Cadeia Pública, onde também se encontrava a administração do nosso Correio. Esse edifício que os antigos campineiros chamavam "cadeia velha", estava situado no mesmo local onde hoje se encontra o monumento a Carlos Gomes, na atual Praça Bento Quirino. O Correio estava localizado na esquina formada pela rua Direita (atual Barão de Jaguará), com a rua da Cadeia (atual Bernardino de Campos).

Afirma Thut que nos Arquivos da Diretoria Geral dos Correios, no Rio de Janeiro, figura Custódio José Inácio Rodrigues, "o primeiro administrador" da agência do Correio de Campinas, nomeado por portaria. Todavia, como sabemos, muitos anos antes dessa data já haviam sido nomeado outros — além de ajudante, — cujos nomes apontamos.

A primeira reclamação "oficial" de que se tem notícia — depois daquele movimento de "exaltação" que já relatamos, para que fôsem introduzidos melhoramentos na agência local, partiu da edilidade campineira, em 1851 — tendo em resposta por ofício de 4 de março sido "informada de que achando-se esgotada a quota consignada para tais despesas não é possível por ora atender-se e que espera o ser habilitado pelo Govêno Imperial para introduzir os melhoramentos de que necessita êsse importante ramo da pública administração.

Nesse ano a receita orçada no Correio de Campinas atingia a importância de 437\$090, o que se comprovava por documentos do próprio arquivo do Govêno.

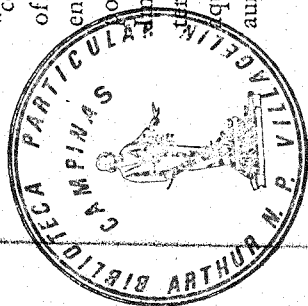
Insistem os campineiros em 1856, por intermédio de Antônio Francisco Guimarães que havia assinado em primeiro lugar a lista dos solicitadores de 1841 — pedindo em

"representação dos habitantes desta cidade para que se haja de restaurar a linha do correio para esta, de cinco em cinco dias, como há anos se fez",

ofício êsse que foi enviado à Câmara local para que o encaminhasse ao Exmo. Presidente da Província para que "assim melhor êle se compenêre da necessidade desta requisição" — o que foi feito na mesma data — por achar os representantes do povo "interessante o melhoramento".

Novamente atendidos recebeu-se resposta em 6 de junho "em que se afirmava:

"comunico a vöcenêes para sua inteligência e em resposta ao ofício de 14 de abril solicitando o restabelecimento do correio entre essa cidade e esta Capital, de cinco em cinco dias, que por aviso expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em data de 26 de maio último foi em parte declarado ter sido autorizado o Diretor Geral do Correio para realizar quella medida, despachando a quantia que fôr necessária com aumento de serviço que daí provirá."



Em 1858 Campinas estava novamente sem agente do Correio! Êste, morando longe do departamento para distribuição das cartas que chegavam de um e outro lado, isto é, tanto vindas do interior como da Capital da Província, provocou reclamação do dr. Ricardo que isso alegou, adiantando êle que "não existindo um prédio próprio para repartições públicas em Campinas, pedia que se concedesse ao Departamento do Correio uma sala que estava vaga no Mercado Público", já então montado próximo da atual Praça das Andorinhas em frente à Escola Normal. Além do mais, o conhecido médico e vereador solicitava para "que cessassem as irregularidades da chegada do Correio à cidade, o que muito prejudica não só ao comércio como aos particulares."

Quase em seguida e de novo, temos notícia respeito ao estado precário das estradas, por intermédio do estafeta do Correio de Campinas à Vila da Constituição. Era êle Antônio José de Souza Peixoto, que reclamava "por terem tirado esteios da ponte nova no lugar chamado "sertão" — pedindo urgentes e enérgicas medidas para repô-la em seu antigo estado, para que se não transtornasse a marcha daquele importante ramo do ser-



viço público", o que o obrigava a dar volta enorme, ocasionando com isso grave prejuízo público". Se foi atendido não sabemos, o que é certo que encontramos, ainda no ano, o nome de Júlio Cesar de Oliveira também exercendo o mesmo cargo de pedestre desta cidade à Constituição (Piracicaba).

Em 1860 verificamos em correspondência da Câmara o nome de novo agente do Correio Porfírio Henrique de Carvalho, que não foi registrado por Thut em seu trabalho o "Correio de Campinas e seus primitivos carimbos."

Solicitou aquêle, como agente dessa repartição pública, em 11 de maio de 1861 à Câmara, "pedindo que represente ao Ministro de Estado que, por intermédio do Presidente da Província se fizesse sentir a necessidade de se criar o lugar de ajudante na repartição, visto que há suma necessidade dêsse empregado, pelo muito serviço que hoje se acumula na repartição" — ao que o Governo achou "muito justo" e a comissão apresenta ensêjo para conseguir-se um ajudante, tendo sido criado o cargo no ano seguinte, por intermédio do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas" — em 12 de maio.

Rapidamente e em poucos dias exerceu também as funções de "Agente" do Correio em Campinas, o capitão Antônio do Rêgo Duarte que, em dezembro daquele ano se exonerou do cargo, em virtude de ter sido nomeado Major-fiscal do Corpo de Polícia da Côrte. Passou então o emprêgo ao ajudante Francisco Teodoro de Siqueira e Silva.

Mas, em 6 de julho de 1862, o dr. Ricardo Gumbleton Duant acusa em Câmara que "tendo recaído no cidadão Fragozo a efetivação (para agente local segundo ajudante, acreditamos) e visto êle morar tão retirado, não se deveria aceitar sua nomeação como eficiente". E teria sido atendido essa sugestão, como consta das notas referidas de Roberto Thut.

(Xerox extraído de fls. 38 a 56 de "Bento José de Abreu Alves Guimarães", do Volume 9º da "História da Cidade de Campinas", de autoria de Jolumá Brito, pseudônimo de João Baptista de Sá, historiador campineiro, da Saraiva S/A Editores, 1959)



O CORREIO DE CAMPINAS

(Esbôço histórico)

ROBERTO THUT

Até 1825, havia na Província de São Paulo apenas duas linhas de correio terrestres e uma de correio marítimo.

A primeira ligava São Paulo à Côrte, e foi estabelecida pelo Bando de 11 de setembro de 1773, do Capitão-General de São Paulo, D. LUÍS ANTÔNIO DE SOUSA, Morgado de Mateus. A segunda, de São Paulo à então Vila de Santos, e a terceira, desta para a Côrte (via marítima) criada pelo Bando de 28 de junho de 1798, do Capitão-General ANTÔNIO MANUEL DE MELO CASTRO.

Para se corresponder com as localidades do interior paulista, o público quotizava-se para custear um portador de correspondência ou aproveitava-se de viandantes ocasionais. Para a correspondência oficial, o Governo servia-se de milicianos.

Logo após a Independência, quando a nossa capitania já havia se tornado Província de São Paulo, a Câmara da Vila de Itu dirigiu, em 8 de fevereiro de 1823, o primeiro apêlo ao Presidente da Província LUCAS ANTÔNIO MONTEIRO DE BARRÓS, depois Barão de Congonhas, no sentido de se estabelecer um correio entre aquela localidade e a capital. O Governo, não podendo atender o pedido, respondeu à peticionária que estava aguardando instruções da Côrte do Rio de Janeiro, para depois então voltar sobre o assunto.

Em 23 de maio de 1824, a Vila de Itu reafirmou seu pedido anterior, tendo então o Governo da Província dirigido um officio-circular às Câmaras das Vilas de Jundiá, São Carlos, Itu, Sorocaba e Pôrto Feliz, em 10 de junho daquele ano, pedindo sugestões. Com exceção das Câmaras de Campinas e Jundiá, que não deram resposta alguma, as demais apresentaram suas sugestões, sendo que as de Sorocaba e de Itu pretendiam cada uma que a sua vila fôsse o centro dessa linha postal.

De posse dessas sugestões, o Conselho da Presidência da Província reuniu-se em 27 de outubro de 1824, de cujo livro de atas consta a seguinte decisão sobre o assunto:

"Quanto ao estabelecimento do Correio Publico de que tratão as representações das Câmaras de Itú e Sorocaba, querendo cada uma que seja o centro do seu Districto, adoptou-se o parecer do Sr. Ten. e Coronel RAFAEL TORRES e se resolveu que o dito Correio se dirija á Villa de Sorocaba girando tanto na hida como na volta pelas do Jundiáhy, São Carlos e Itú e que em cada hum das dallas haja hum Administrador que sirva gratuitamente attento o pouco rendimento deste estabelecimento e o estado decadente das Rendas Nacionais, sendo a condução das mallas feita por meio de arrematação ou pela maneira praticada com o Correio desta Cidade para a Corte".



Em 25 de novembro de 1821, em officio-circular às Câmaras das vilas mencionadas na ata, o Presidente da Província de São Paulo participa-lhes a decisão do seu Conselho, remetendo-lhes inclusa a —

“Instrução para o Correio Publico estabelecido entre esta Capital e as Villas de Jundiáhi, São Carlos, Ytú e Sorocaba”.

O art. 1.º dessa “Instrução”, que era uma espécie de regulamento postal, dispunha o seguinte:

“Haverá em cada humas destas Villas um Administrador, escolhido, e nomeado pela Camara respectiva, ao qual competirá toda a responsabilidade, e direcção do correio debaixo das ordens do Governo, e da Junta da Fazenda, servindo por ora somente pela honra, e consideração, que lhe deve resultar de se prestar ao bem Publico, e confiança que se faz de sua pessoa, sendo escolhido para este objecto de tanta importancia, outro que convém, que seja dotado de probidade, e louvaveis costumes”.

Respondendo a êsse officio, a Câmara da Vila de São Carlos dirige-se ao Presidente da Província nos seguintes termos:

“Illmo. e Exmo. Snr. — Recebemos o off.º de V. Excia. em datta de 25 de 9bro. p.p. acompanhado de hua instrução para o Correio q. V. Excia. houve por bem criar nesta Villa, sobre o Administrador do mesmo e em Cessão nomeou-se BENTO JOSÉ DE ABREU ALVES GUIM.ES para Administrador, e para Pedestre a JOSÉ DE RAMOS, p. serem peçoas sufficientes e concorrer nellas todas as qualid.es para os ditos empregos. — Ds Ce a V.Exa. — S. Carlos em Camara de 30 de 10bro. de 1924 — aa) SALVADOR DA ROCHA CAMARGO, ANTÔNIO CORR.ª BARBOZA, JOAQUIM JOZÉ DE MORAES, VICENTE GUEDEZ BARRETTO, BENTO JOSÉ DE ABREU ALS. GUIM.ES”.

Foi, portanto, BENTO JOSÉ DE ABREU ÁLVARES GUIMARÃES o primeiro “administrador” (actual “agente”) do correio de Campinas, pessoa muito benquista. Por três vèzes foi procurador da Câmara, sendo ainda comerciante de fazendas, armarinhos, etc. O cargo de “Procurador” daquela época é o precursor do actual “Prefeito”.

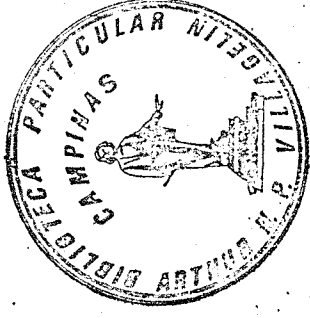
Não conseguimos fixar, de forma documentadã, onde BENTO JOSÉ DE ABREU residia e mantinha seu estabelecimento comercial, o que seria de suma importância para localizar a primeira agência do correio, pois o art. 3.º da já citada “Instrução” exigia que

“A Administração se estabelecerá em caza do Administrador, que for nomeado, que deve por isso rezidir dentro da Villa rezervando-se humas Salla ou quarto proximo à rua para o laboratorio do correio”.

Parece-nos, segundo vagas informações, que a residência e a casa comercial de BENTO JOSÉ DE ABREU se localizavam no mesmo prédio, onde, por volta de 1870, residia o seu filho primogênito, Padre FRANCISCO DE ABREU SAMPAIO, na então rua do Comércio, n.º 55 (actual rua Dr. Quirino), em frente, mais ou menos, do solar do Barão de Ibitinga (onde se acha hoje instalado o “Ateneu Paulista”).

À Câmara da Vila de Porto Feliz foi também enviada uma cópia da “Instrução”, pois o seu art. 7.º determinava:

“A Camara da Villa de Porto Feliz poderá estabelecer humas Administração no seo Districto mandando um Pedestre a sua conta conduzir á Itú nos seus devidos tempos, as Cartas que forem do seo districto e levar as que a elle se dirigem”.



O Correio de Campinas

509

O transporte das malas se fazia a pé, por meio de dois "pedestres", sendo um localizado em Sorocaba e outro em Campinas, com os vencimentos de 240 réis diários. Com o desenvolvimento desse serviço público, o número de "pedestres" foi aumentado, tanto que em novembro de 1833 já existiam dois, somente para o serviço da capital à Vila de S. Carlos. Nesse mesmo ano, Itu e Sorocaba já dispunham de linhas directas para a capital da Província, passando somente por Jundiá, com um "pedestre" cada uma.

De acôrdo ainda com a mesma "Instrução", o "pedestre" partia da capital todos os dias 2, 12 e 22, chegando a Jundiá nesses mesmos dias; a São Carlos a 3, 13 e 23; a Itu a 4, 14 e 24; a Sorocaba a 5, 15 e 25, onde estacionava um dia, regressando a Itu a 7, 17 e 27; São Carlos a 8, 18 e 28; Jundiá a 9, 19 e 29; e, finalmente, a São Paulo a 10, 20 e 30. Respondendo ao officio de 25 de novembro de 1824, enviado pelo presidente da Província e juntando a "Instrução", a Câmara de Sorocaba officia em 16 de janeiro de 1825 ter comunicado aquella data, "às Câmaras de Ytú e São Carlos, participando-lhes que no dia 27 do corrente mez ha de sahir desta Villa o dito Correio para no dia trinta se achar nessa cidade".

Em face dessa comunicação e dos dispositivos do artigo 8.º da "Instrução", infer-se que a primeira mala postal deve ter chegado à Vila de São Carlos, vinda de Sorocaba, via Itu, em 28 e partido para Jundiá, com destino a São Paulo, no dia 29 de janeiro de 1825.

29 de janeiro é, portanto, uma data que deve ser gravada nas efemérides históricas da "Princesa do Oeste".

O "pedestre" transportava a mala fechada com cadeado, do qual havia tantas chaves quantas as localidades servidas pelo correio. O "administrador" de cada localidade ficava de posse de uma chave, para abertura e fechamento da mala.

As cartas eram procuradas na própria "Administração" que afixava uma lista dos respectivos destinatários. O art. 10 da "Instrução", que passamos a transcrever, diz, na sua singeleza, a maneira como se processavam a recepção, remessa e distribuição das cartas:

"Logo que chegar a mala, a qualquer das villas, o Administrador extrahindo della as Cartas que se dirigem ao seo Districto, e fará seguir immediatamente ao seo destino passando depois a conferir os portes com o avizo ou factura de seo valor que os deve acompanhar, e arranjalas por ordem alfabética, afin de organizar a lista que deve transmitir ao Publico, para depois distribui-las, devendo promptificar primeiro as cartas, que se dirigem a Authoridades, e que serão entregues com preferencia".

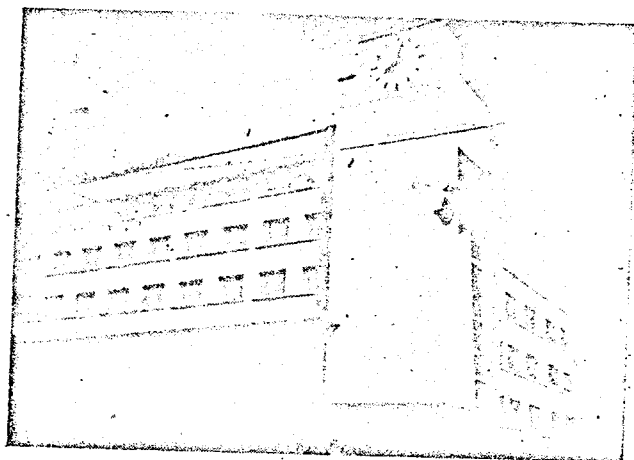
Chegando o correio à Vila de São Carlos todos os dias 3, 13 e 23, e de lá partindo para São Paulo a 9, 19 e 29 de cada mês, verificamos que a vila se correspondia com a capital de 10 em 10 dias. Mas, tendo em vista o seu progressivo aumento e as necessidades de seu comércio, em outubro de 1841, 52 negociantes da Vila de São Carlos, a cuja frente se achava a assinatura de ANTONIO FRANCISCO GUIMARÃES, o conhecido "Baluá", apresentavam um "abaixo-assinado" ao Presidente da Província, conselheiro MIGUEL DE SOUSA MELO E ALVIM, pedindo a criação de "mais um correio desta Villa para essa Cidade afin de ficar de cinco em cinco dias", o que foi atendido. Entretanto, José CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TÔMEZ, segundo visconde de Macaé, quando exer-



cia a Presidência da Província de São Paulo, pelo aviso de 24 de dezembro de 1842, como "presente" de Natal aos campineiros, ordenava "que desde já cesse tal correio" (5 em 5 dias), "restabelecendo-se a prática seguida anteriormente de haver somente para alli" (Campinas) "correio de dez em dez dias"...

Mas, 14 anos depois, em 1856, foi restabelecido o correio de 5 em 5 dias. A Câmara Municipal de Campinas, em ofício de 14 de abril, juntando um "abaixo-assinado de varios cidadãos", pleiteava aquêle melhoramento postal. Como nessa época já se achasse em vigor o novo regulamento postal de dezembro de 1844, o Governo da Província não tinha competência para resolver o assunto e, assim, em 3 de maio, dirigiu-se ao ministro do Império, dr. Luís PEREIRA DO COUTO FERRAZ (depois, Barão e Visconde do Bom Retiro). Êste, pelo aviso de 26, autorizou tal providência.

Tal foi, entretanto, o desenvolvimento do serviço postal em Campinas que, no dia 2 de outubro de 1867, era inaugurado o "Correio diário, conduzido em carros, entre esta Cidade e a Capital da Província".



Correios e Telégrafos.

Em documento datado de 11 de fevereiro de 1829 encontramos como sendo "administrador-interino" do correio da Vila de São Carlos, MATEUS LOURENÇO DA SILVA PAIS que, conforme verificamos na fôlha de recenseamento daquele ano, era "caixeiro" de BENTO JOSÉ DE ABREU ÁLVARES GUIMARÃES, solteiro, com 20 anos de idade. Aliás, o "administrador" efetivo, BENTO

JOSÉ DE ABREU ALVES GUIMARÃES, somente se exonerou do cargo a 7 de novembro de 1844, quando, pelo Presidente da Província, Marechal MANUEL DA FONSECA LIMA E SILVA (depois Barão de Suruí e tio do Duque de Caxias), foi nomeado para substituí-lo o cirurgião-mor JOAQUIM ANTÔNIO PINTO, que foi, por isso, o segundo "administrador" do correio de Campinas.

Em portaria de 2 de junho de 1847, do mesmo Presidente da Província, é depois nomeado "administrador" CUSTÓDIO JOSÉ INÁCIO RODRIGUES, vulgo "CUSTÓDIO MANCO" que, por essa época, regia uma escola pública instalada no antigo edifício já demolido do Paço da Câmara e Cadeia Pública, e onde também se encontrava a "administração" do correio. Êsse edifício, que antigos campineiros chamavam "cadeia velha", estava situado no mesmo local onde hoje se encontra o monumento a CARLOS GOMES, na atual Praça Bento Quirino. O Correio estava localizado na esquina formada pela rua Direita (atual Barão de Jaguará) com a rua da Cadeia (atual Bernardino de Campos).

Em 1862 encontramos exercendo funções de "Agente" do Correio o capitão ANTÔNIO DO RÊGO DUARTE que, em dezembro daquele ano, se exonerou do cargo, em virtude de ter sido nomeado Major-Fiscal do Corpo de Polícia da

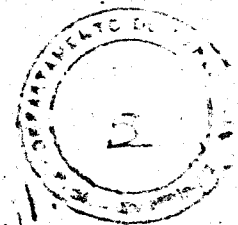
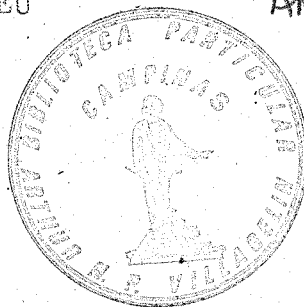
Côrte. Passou então o cargo ao "Ajudante" FRANCISCO TEODORO DE SIQUEIRA E SILVA.

Devido à interrupção de nossas investigações históricas sobre o correio de Campinas, não podemos citar nomeações posteriores, baseadas em documentos oficiais, mas no "Almanack de Campinas, para 1871", de JOSÉ MARIA LISBOA, encontramos, como "Agente", o capitão MIGUEL CAETANO ALVES FRACOSO, o conhecido "Capitão Fracoso" dos velhos campineiros. Em 1856, o capitão Fracoso era vereador à Câmara Municipal de Campinas. Podemos dizer ainda que, em 1857, segundo o "Almanack Paulistano" desse ano, CUSTÓDIO JOSÉ INÁCIO RODRIGUES, o terceiro "administrador", ainda continuava exercendo tais funções, sob o título de "Agente".

Em 1883 a agência estava a cargo de JOÃO BATISTA DOS SANTOS CRUZ, substituído, já no regime republicano, pelo major GABRIEL DE CARVALHO, o último agente do século XIX.



AOR MALTA GUIMARÃES
RUA ANTONIO LOBO, 144
FONE, 5-273 - CAMPINAS



Senhor Prefeito:

Segundo Roberto Thut, até o ano de 1825, havia na Província de S. Paulo duas linhas postais terrestres e u'a marítima. A primeira ligava S. Paulo à Corte; a segunda, S. Paulo a Santos, e a terceira - a marítima -, S. Paulo à Corte.

Antes, porém, em 8 de fevereiro de 1823, a Câmara de Itú fez um pedido no sentido de ser estabelecido um correio entre as duas cidades - S. Paulo e Itú -. Em 1824, no dia 23 de maio por não ter sido atendido o primeiro pedido, uma nova solicitação foi formulada às autoridades superiores e, em 10 de junho do mesmo ano, o Governo da Província pediu sugestões a respeito do assunto às Câmaras de Jundiaí, S. Carlos (Campinas), Itú, Sorocaba e Fôrto Feliz. Com exceção de Jundiaí e S. Carlos (Campinas), as demais enviaram.

Em 27 de outubro de 1824, em reunião para tratar do caso, o Conselho da Presidência da Província decidiu atender ao solicitado e, para o início do correio na nova região, estabeleceu o seguinte percurso: S. Paulo a Sorocaba, girando, tanto na ida como na volta, pelas vilas de Jundiaí, S. Carlos (Campinas), e Itú. Deliberou, também, o Conselho, que o agente nada perceberia pelo serviço que iria prestar em face das decadentes rendas nacionais.

Ao receber o ofício acompanhado da circular comunicando o resultado da reunião do Conselho, a Câmara de Campinas acusou-o e comunicou a escolha do cidadão Bento José Alves Guimarães para ocupar o posto de administrador da agência postal da Vila de S. Carlos (Campinas), e do Sr. José Ramos para as funções de pedestre.

Aí estão os dois primeiros personagens da nossa história postal.

Parece que a primeira agência postal de S. Carlos (Campinas), funcionou à rua do Comércio, 55 (hoje Dr. Quirino), mais ou menos em frente ao Colégio Ateneu Paulista.

Em 1 AGO 1955

AOR MALTA GUIMARÃES

RUA ANTONIO LOBO, 144
FONE, 5-273 - CAMPINAS

O serviço, inicialmente, contou com dois pedestres: um localizado em S. Carlos (Campinas) e o outro em Sorocaba. Cada um percebia 240 réis por dia de trabalho. Em 1833, dado o progresso operado na região de S. Carlos (Campinas), este setor, já separado, dispunha de dois pedestres.

As malas postais saíam de S. Paulo todos os dias 2, 12 e 22, e chegavam a S. Carlos (Campinas), nos dias 3, 13, 23. Partiam daqui nos dias 8, 18 e 28 e chegavam a S. Paulo nos dias 10, 20 e 30.

Assim, de acordo com a história, a PRIMEIRA MALA POSTAL saiu de S. Carlos (Campinas), no dia 29 de janeiro de 1825, isto porque, sendo a primeira, é procedente de Sorocaba, via Itú, aqui chegou em 28 e partiu a 29 com destino a Jundiaí e S. Paulo, onde deveria chegar no dia 30.

Roberto Thut em "O Correio de Campinas e Seus Primeiros Carimbos", escreve:

"...

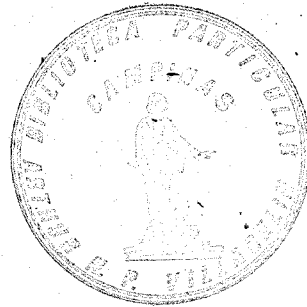
Foi, portanto, Bento José de Abreu Alvares Guimarães o primeiro "administrador" (atual agente) do correio de Campinas, pessoa muito benquista. Por três vezes foi procurador da Câmara (em 12/2/1821 - 25.^a Câmara -, em 10/1/1824 - 28.^a Câmara - e em maio de 1825 - 29.^a Câmara -), sendo ainda comerciante de fazendas, armazinhos, etc. O cargo de "Procurador" daquela época é o precursor do atual "Prefeito".

Senhor Prefeito - BENTO JOSÉ DE ABREU ALVARES GUIMARÃES, era natural de S. Tiago do Candeio, Braga, Portugal, e filho de Antônio de Abreu e de dona Joana de Abreu. Casou em 1820, em Piracicaba, com dona Maria Luiza da Natividade, filha do Tenente José Joaquim de Sampaio. Dêse casamento, nasceu, entre outros filhos, Joaquim José de Abreu Sampaio, que se casou, em segundas nupcias, com dona Maria das Dores Vidal, filha de Dom Romão Vidal. Daí a origem da família Abreu Sampaio Vidal, muito conhecida em S. Paulo. Entre os descendentes do primeiro "admin

Arquivo de S. Paulo
Bento José de Abreu

AV. MALTA GUIMARÃES
RUA ANTONIO LOBO, 144
FONE, 5-273 - CAMPINAS

3



trador " do correio de Campinas, podemos citar os seus netos Drs. Rafael de Abreu Sampaio Vidal, Ministro da Fazenda no Governo do Dr. Epitácio Pessoa, e Bento de Abreu Sampaio Vidal, ex-Secretário da Agricultura do Estado de S. Paulo, ambos campineiros, e para os quais oportunamente pedirei homenagens públicas.

Assim, Exmo. Senhor Prefeito, só o fato de haver sido Procurador (Prefeito) de nossa cidade justificaria o seu nome em uma das vias públicas da cidade. Há, ainda, a seu favor, a prestação, sem remuneração, do serviço de agente postal de Campinas, aliás, o primeiro. Deixou, ainda, numerosa prole, destacadamente dois filhos ilustres e campineiros de nascimento.

Deixo, portanto, ao alto critério de V. Excia a escolha do nome que deverá receber a via pública objeto deste Processo nº 2.628, isto porque, duas são as sugestões :

1ª - Poderá denominar-se : BENTO JOSÉ DE ABREU (Bento José de Abreu Alvares Guimarães), primeiro agente postal de nossa cidade e Procurador (Prefeito por 3 vezes), ou

2ª - 29 DE JANEIRO (dia que saiu de Campinas a primeira mala postal), data que deve ser assinada e registrada na história da cidade.

Particularmente, opino para que, tanto o nome do ilustre cidadão, bem como a data, sejam perpetuados.

Campinas, 26 de agosto de 1955.

RECIBO
A. D. L. de Bento José de Abreu
31 AGOSTO